



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

### LEI Nº 715/93

#### **Orça a Receita e Fixa a Despesa para o Exercício de 1994 e dá Outras providencias.**

A Câmara Municipal de Lajinha, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Orçamento do Município de Lajinha, para o exercício de 1994, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei e que estima a Receita em Cr\$ 1.600.000.000,00(hum bilhão e seiscentos milhões de cruzeiros reais), e fixa a despesa em igual importância.

Art. 2º - A receita será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações contidas no adendo III, Anexo nº 2 da Lei nº 4.320/64 de 17 de março de 1964, observando os seguintes desdobramentos:



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

<b><i>Receitas Correntes</i></b>		1.225.800.000,00
	84.600.000,00	
	11.700.000,00	
Receita Tributaria	2.500.000,00	
Receita Patrimonial	30.000.000,00	
Receita Industrial	1.086.200.000,00	
Receita de Serviços	10.800.000,00	
Transferências Correntes		
Outras Receitas Correntes		374.200.000,00
<b><i>Receitas de Capital</i></b>	40.000.000,00	
	20.000.000,00	
	314.100.000,00	
	100.000,00	
<b>Operações de Crédito</b>		
<b>Alienação de Bens</b>		1.600.000.000,00
<b>Transferências de Capital</b>		
<b>Outras Receitas de Capital</b>		
<b>Total da Receita Estimada</b>		

Art. 3º - A Despesa será realizada de acordo com a seguinte distribuição por funções do Governo e por Unidades Orçamentárias:



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

### *Despesas por Órgãos e Unidades*

01.01 – Câmara Municipal	1.125.600.000,00
02.02 – Executivo Municipal	63.050.000,00
02.03 – Departamento de Administração	5.970.000,00
02.04 – Departamento de Finanças	77.720.000,00
02.05 – Departamento de Educação, Cultura e Desportos	608.160.000,00
02.06 – Departamento de Saúde, Assist. Ação comunitária	133.750.000,00
02.07 – Departamento de Obras e Urbanismo	585.750.000,00
<b>Total</b>	1.600.000.000,00

### **Despesas por Funções do Governo**

<b>Especificação</b>	<b>Valor</b>
01 – Legislativa	125.600.000,00
02 – Judiciária	2.250.000,00
03 – Administração e Planejamento	74.470.000,00
04 – Agricultura	47.550.000,00
05 – Comunicações	8.540.000,00
06 – Defesa Nacional e Segurança Pública	9.730.000,00
07 – Desenvolvimento Regional	2.000.000,00
08 – Educação e Cultura	596.160.000,00
09 – Energia e Recursos Minerais	10.000.000,00
10 – Habitação e Urbanismo	
13 – Saúde e Saneamento	124.650.000,00
15 – Assistência e Previdência	
16 – Transporte	170.700.000,00
<b>Total</b>	69.100.000,00 359.250.000,00 1.600.000.000,00

Art. 4º - No decorrer da execução orçamentária, fica o Prefeito Municipal autorizado a:

- realizar operações de credito por antecipação da Receita até o limite de 15%(quinze por cento) da Receita estimada, nos termos dos artigos 165 e 167 da Constituição Federal;
- abrir créditos suplementares até o limite de 80%(oitenta por cento) do



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Orçamento da Despesa, nos termos dos artigos 7, itens I e II e 43 parágrafo 1º; itens I, II e III da Lei 4.320 de 17 de março de 1964.

- c) Anular parcial e/ou totalmente dotações orçamentárias, como recurso à abertura de Créditos Adicionais, valendo-se, também, para o mesmo fim, do excesso de arrecadação, se houver;
- d) Fazer nos termos do inciso VI, artigo 167 da Constituição Federal a transposição e remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria para outra ou de um órgão para outro, com a finalidade de atender alterações estruturais e/ou funcionais da Administração.

Art. 5º - A importância do excesso de arrecadação verificada sobre o total da receita prevista neste orçamento poderá igualmente ser incomparável à receita estimada, pelas consignações em que se verificarem tais excessos, também como recurso à abertura de créditos adicionais visando equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrario, esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 1994.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Lajinha, estado de Minas Gerais, aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e noventa e três (02/12/1993).

Paulo Cezar Hastenreiter Portes  
Presidente

/